

POLÍTICAS CULTURAIS: CONCEITOS E PERSPECTIVAS¹

António Firmino da Costa

1. Que contributos teóricos se podem encontrar na sociologia para a análise das políticas culturais? Posta assim a questão, ela é demasiado vasta. Na sociologia, e em geral nas ciências sociais, encontram-se inúmeros desenvolvimentos relevantes. Mas podemos restringir o âmbito da questão, distinguindo entre: a) os contributos para a análise dos campos culturais, dos agentes culturais e das práticas culturais, nos seus enquadramentos sociais diversos, isto é, para a análise daquilo sobre que incidem as políticas culturais (ou sobre o que é suposto elas incidirem); b) os contributos sociológicos para a análise das políticas culturais propriamente ditas, enquanto objecto de estudo específico.

Curiosamente, neste segundo sentido os trabalhos são em muito menor número. Pode dizer-se até que as ciências sociais – e, em particular, a sociologia, a antropologia e a história – foram muito mais fonte de referências de base utilizadas, de uma maneira ou de outra, na formulação de políticas culturais do que se dedicaram a analisar as políticas culturais elas próprias, entendidas como processos sociais institucionais.

Ora, de certo modo, as políticas culturais representam para a sociologia, do ponto de vista teórico, como que um objecto por excelência. Na verdade, combinam-se nelas, nuclearmente e de forma explícita, duas dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder. Cultura e poder, na concepção das ciências sociais, são dois pilares da organização das sociedades e dos processos que nelas ocorrem, dois ingredientes básicos do relacionamento humano, duas dimensões de todas as relações sociais. Aquilo que, deste ponto de vista teórico, torna as políticas culturais particularmente interessantes como objecto para a análise sociológica, é que, nelas, cultura e poder como que emergem do tecido social geral, associando-se de modo específico num domínio institucional diferenciado.

Nesta óptica, não há muitas análises sociológicas sobre políticas culturais. Mas há algumas. E, por sorte, não é preciso procurar muito longe. Alguns dos textos mais interessantes sobre o assunto têm vindo a ser produzidos entre nós. É o caso, em particular, de trabalhos de dois

¹ O depoimento aqui publicado resulta da comunicação apresentada pelo autor na 1ª Mesa Redonda promovida pelo Observatório das Actividades Culturais, sobre o projecto Políticas Culturais Nacionais, realizada no Centro Cultural de Belém a 14 de Maio de 1997. Foi publicado na secção Debate (Equívocos e Complexidades na Definição de Políticas Culturais) da versão impressa da revista OBS.

sociólogos, por sinal ambos da Universidade do Porto: José Madureira Pinto e Augusto Santos Silva. Da grande quantidade de elementos presentes nos seus textos acerca desta matéria é possível seleccionar algumas linhas de problematização teórica, alguns conceitos e algumas proposições analíticas, a título de referências para reflexão e debate.

2. Uma das questões decisivas no plano teórico, tratada por estes autores, é a do próprio âmbito de incidência das políticas culturais. Qual é ele? Abordar a questão de maneira empirista não nos leva muito longe. Com efeito, as políticas culturais contemporâneas são no essencial políticas públicas (estatais ou não só – é outra questão a debater), geradas em contexto de reflexividade social institucionalizada e objecto de controvérsia explícita no espaço público. Abreviando, não são só as que são adoptadas ou concretizadas a cada momento que constituem o campo das políticas culturais. Elas são criadas ou extintas, amplificadas ou restringidas, continuadas ou modificadas consoante tomadas de posição a este respeito que se vão sucedendo, tomadas de posição essas sempre controversas no plano cultural e no plano político. Qual se pode então propor, em termos teóricos, como o âmbito de incidência das políticas culturais, em sociedades contemporâneas como a portuguesa, e que conceitos podem ajudar-nos a orientarmo-nos na respectiva análise?

Um dos critérios analíticos a este respeito, proposto por José Madureira Pinto (1994, 1995 e 1997), é o que distingue diversos espaços sociais de afirmação cultural e, em particular, os diferencia segundo os seus diversos graus de institucionalização e de reconhecimento de legitimidade cultural. Deste ponto de vista, o autor localiza cinco tipos de espaços culturais: a) o espaço da cultura chamada “erudita” ou “cultivada”, sobrelegitimado face a todos os outros, embora hoje em dia sujeito a dinâmicas de dessacralização, quer pela banda mercantil, quer pela mediática, quer pela especificamente artística, quer ainda por um contexto social em transformação, muito em especial pelo acréscimo significativo dos segmentos sociais com acesso a níveis relativamente elevados de formação intelectual formalizada; b) o espaço das indústrias culturais, relativo à chamada – também com reservas – “cultura de massas”, à sua produção, difusão e consumo; c) o espaço organizado das subculturas dominadas e emergentes, que se pode decompor num espaço associativo e num espaço tutelado – onde se incluem desde o artesanato tradicional até ao novo artesanato urbano, passando pelas bandas, grupos de dança folclórica ou de salão, teatro amador e exposições de colectividade – e onde tem lugar central o associativismo, em múltiplas formas; d) o espaço colectivo, quer o público (por exemplo, da festa urbana), quer o reservado (da convivialidade de café, de bar, de discoteca); e) o espaço doméstico, desde as meras práticas receptoras (de televisão, sobretudo) até às práticas com significativo coeficiente criativo, como o artesanato ou as actividades amadoras de música, fotografia ou vídeo.

Este eixo analítico é cruzado por José Madureira Pinto com um outro, fundamental, em que se distinguem diversos modos de relação com os bens culturais. Segundo esta dimensão podem

alinhar-se basicamente quatro modos: i) o da criação cultural, em sentido especializado, desdobrável ainda na “com autor” (agentes especializados e reconhecidos como tal) e “sem autor” (das actividades artesanais ou das práticas amadoras, por exemplo), embora também aqui as fronteiras sejam bastante indefinidas; ii) o da expressão cultural – festiva, convivial, desportiva – recorrendo em grande medida a códigos culturais implícitos, desenvolvendo-se em situações interactivas e comunicacionais; iii) o da participação, no acesso mais ou menos directo a produções culturais de outros – frequência de museus, visitas a exposições, idas a concertos e espectáculos, a festividades e eventos culturais; iv) o da recepção, mais ou menos passiva, de oferta cultural variada, nomeadamente da que se encontra em circulação mediática.

Estes diversos modos de relação com os bens culturais combinam-se com os anteriormente referidos, e igualmente diversos, espaços de afirmação cultural, formando um quadro vasto e complexo, fortemente diferenciado no seu âmbito interno mas também, ao mesmo tempo, palco de interligações, sobreposições, ambiguidades, fronteiras difusas e mutáveis. Como equacionar políticas culturais perante um tal campo de incidência? O autor desenvolve várias linhas de propostas, de que não é possível dar aqui conta em toda a sua densidade e amplitude. Mas pode-se, simplificando, destacar um conjunto de proposições principais.

Uma das orientações mais centrais e recorrentes nos textos do autor tem a ver com a acentuação da importância a dar a vectores estruturantes, no plano cultural. Vectores quer de preservação, valorização e disponibilização do património cultural acumulado, quer de incorporação durável, junto dos diversos sectores da população, de um conjunto de disposições intelectuais e estéticas elaboradas, condição de democratização cultural e de desenvolvimento cultural sustentado. Aspectos aqui decisivos são os da descentralização de decisões, recursos e actividades, das articulações entre serviços públicos, autarquias, associações e sistema de ensino, do reconhecimento e inclusão da diversidade de expressões culturais e, ainda, tanto do respeito pelas identidades culturais como da abertura à alteridade cultural.

Outra das ênfases do autor é que uma efectiva democratização cultural passa, não apenas pelo alargamento dos públicos – que se pode saldar numa mera expansão do mercado de bens culturais – mas num alargamento do conjunto dos criadores, no alargamento do universo dos produtores culturais. Trata-se da democratização dos campos da produção cultural propriamente dita. A este propósito, José Madureira Pinto fala no que considera dever ser uma preocupação permanente e mesmo “obsessiva”: a de atenuar distâncias entre a criação e a recepção. Muitas das acções concretas passam pela educação artística, pela ligação das artes à escola, pelas pedagogias activas de familiarização, não só com os produtos culturais mas também com os processos de produção e criação cultural, o que designa por “aproximação dessacralizadora à materialidade do acto de criação cultural”, pelo incentivo e revalorização de modalidades culturais institucionalmente menos prestigiadas, como as de criação nos espaços doméstico, associativo e escolar, ou as das manifestações festivas.

São ainda destacados pelo autor outros aspectos, como o associativismo e o espaço público, enquanto vectores decisivos de concretização e desenvolvimento das dinâmicas referidas.

3. Os contributos de Augusto Santos Silva (1995 e 1997) são também muito mais vastos do que seria possível aqui contemplar, mesmo que resumidamente. De acordo com o autor, as políticas culturais podem, hoje em dia, ser analisadas sob um ângulo privilegiado, o das relações entre Estado e sociedade civil em matéria de acção cultural. Neste âmbito, adianta, as políticas públicas têm, em geral, gravitado em torno de quatro pólos: as políticas de património; as políticas de formação educativa de públicos; as políticas de sustentação da oferta cultural; as políticas de uso económico, social e político da cultura.

De entre um leque variado de tópicos, pode ser particularmente útil mencionar as perspectivas do autor quanto aos agentes sociais susceptíveis de se verem envolvidos pelas políticas culturais, nesta lógica de articulação entre Estado e sociedade civil. Para além das diversidades atrás referidas – dos espaços de afirmação cultural e dos modos de relação com os bens culturais – foca-se assim a análise numa outra pluralidade, a dos agentes culturais.

Do lado do Estado, há vários tipos de agentes, desde logo consoante o seu nível de organização e actuação: os de nível local, os de nível regional, os de nível estatal e os de nível inter-estatal. Do lado da sociedade civil, é igualmente indispensável ter em conta a existência de múltiplos agentes intervenientes: empresas promotoras culturais, empresas produtoras de actividades culturais, fundações, cooperativas e associações de criadores-produtores, cooperativas e associações de receptores-consumidores, instituições de parceria público-privado, grupos informais de praticantes. Isto, para já não falar do conjunto diversificado de agentes mediadores e da multiplicidade de agentes amadores, isto é, produtores-receptores.

Tendo em conta a diversidade dos agentes sociais envolvidos nas actividades culturais, e susceptíveis de serem abrangidos pelas políticas culturais, Augusto Santos Silva formula uma série de proposições-chave. Uma delas é a de que, ao contrário do que muitas vezes se diz, a tensão essencial da acção cultural não reside na dicotomia entre promoção pública e promoção privada. Por exemplo, boa parte das actividades culturais, nas principais cidades ou espalhadas pelo país, resultam de associações de agentes de vários tipos, de entre os enumerados, constituindo uma rede, por assim dizer, de “terceiro sector”. Num país em que os principais meios de difusão cultural são mediáticos e a oferta de produtos culturais está fortemente subordinada a centros de produção e difusão hegemónicos à escala mundial, por um lado, e em que, por outro, o apoio mecenático privado é diminuto, as políticas culturais, enquanto programas de partilha de iniciativa e responsabilidade entre Estado e sociedade civil, deveriam potenciar ao máximo aquele “sector social da cultura” e a participação benévola, algo militante e de quase auto-consumo, que o dinamiza. Isto, nas combinações multiformes de agentes, estatais e empresariais, municipais e autárquicos, associativos e outros, que vão emergindo em diversos domínios e iniciativas.

Outra proposição forte, avançada pelo autor, é a de que, considerando os quatro pólos referidos das políticas culturais – conservação de património, formação de públicos, incentivo aos criadores e usos económico-políticos da cultura – se, no plano dos discursos, a insistência maior se inclina para os dois primeiros, no plano das práticas parece tender a ocorrer exactamente o oposto, isto é, os dois últimos surgem muitas vezes com maiores trunfos. É mais uma ilustração das relações entre cultura e poder, agora em acepções muito concretas.

Outro aspecto que importa destacar tem a ver com a ênfase colocada na centralidade das políticas estruturantes, quer na infra-estruturação cultural de vários tipos, quer na estruturação de campos de agentes, do lado da oferta e do lado dos públicos. Por fim, pode salientar-se, na lógica de toda a construção analítica do autor, a importância por ele atribuída às dinâmicas de parceria e de parceria.

No entanto, no concreto da situação actual do país, os obstáculos, desconfianças, perversões e bloqueios são ainda muito grandes, limitando gravemente as potencialidades respectivas. Segundo Augusto Santos Silva seria assim preciso orientar e regular melhor tais práticas, deixando claro, em particular, que: a) cabe ao Estado a obrigação primeira quanto a serviços e actividades estruturantes, isto é, parceria não deveria ser sinónimo de alívio de encargos financeiros ou do sacudir de responsabilidades; b) a concepção de parceria pode e deve ser enriquecida de modo a incorporar a pluralidade dos protagonistas dos campos culturais, não segundo uma redutora dicotomia público/privado, mas nas relações entre diferentes níveis e instâncias diversas do Estado e abrangendo tanto o sector económico privado como, de maneira fundamental, toda a miríade de formas que assume o referido “terceiro sector” da cultura.

4. As políticas culturais são um objecto de análise complexo. Está em curso no Observatório das Actividades Culturais um projecto destinado à avaliação das políticas culturais nacionais, no âmbito de um programa do Conselho da Europa. O Conselho da Europa e a UNESCO foram provavelmente as duas principais organizações responsáveis pelo desenvolvimento, desde os anos 60, não só de políticas culturais, a vários níveis, mas também de conceitos que as informam – conceitos como os de cultura, de desenvolvimento cultural ou de animação sócio-cultural, por exemplo – e ainda, de programas e critérios de avaliação a tal respeito. Tudo isto é discutível e tem vindo a ser discutido.

A análise comparativa das políticas culturais tem gerado diversas tipologias conceptuais. Uma das mais utilizadas, no âmbito das referidas organizações internacionais, classifica-as, segundo os objectivos principais prosseguidos, em três tipos: as políticas culturais carismáticas; as políticas de democratização da cultura; as políticas de democracia cultural. As primeiras visam apoiar os criadores reconhecidos, e a intervenção dos poderes públicos fica por aí. As segundas não se contentam em apoiar os criadores, mas propõem-se alargar o acesso às obras a um público tão vasto quanto possível. As terceiras não se limitam a facilitar a criação artística e a seguir

democratizá-la, mas pretendem ainda estimular alargadamente a criatividade cultural e propiciar a expressão cultural dos diversos grupos sociais.

Cultura e poder não são dimensões sociais alheias uma à outra, muito menos em matéria de políticas culturais. Por exemplo, uma análise comparativa respeitante a vários países europeus (Bassand e Joye, 1992) chama a atenção para que as políticas carismáticas tendem a ser, na Europa, sobretudo características de partidos de direita, as políticas de democratização cultural a ser desenvolvidas mais por partidos de esquerda, e as políticas de democracia cultural a remeter para a influência dos novos movimentos sociais.

Mas, por úteis que sejam estas tipificações e associações, enquanto referenciais analíticos, a verdade é que, nos factos, a ambiguidade e a diversidade são muito maiores, e que as políticas culturais, tal como, aliás, o seu campo de incidência, estão hoje, entre nós como por todo o lado, em processo de intensas mutações e reconfigurações. Mais do que pontos de chegada estes contributos conceptuais poderão constituir pontos de apoio para novas partidas, na fundamentação e na definição, na análise e na avaliação de políticas culturais.

BIBLIOGRAFIA

- BASSAND, Michel e JOYE, Dominique (1992), “Politiques culturelles d’Europe: mesures étatiques ou transactions sociales?”, in BLANC, Maurice (org.), *Pour une Sociologie de la Transaction Sociale*, Paris, Éditions L’Harmattan.
- PINTO, José Madureira (1994), “Uma reflexão sobre políticas culturais”, in AAVV, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- (1995), “Intervenção cultural em espaços públicos”, in SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), *Cultura e Economia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- (1997), “Democracia e desenvolvimento cultural sustentado: o papel do Estado”, *OBS nº 1*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SILVA, Augusto Santos (1995), “Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano: uma análise de seis cidades portuguesas”, in SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), *Cultura e Economia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- (1997), “Cultura: das obrigações do Estado à participação civil”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 23, Lisboa, CIES-ISCTE.